

### PROPOSTAS DOS PRESIDENCIÁVEIS

“Dentro do contexto atual, em que o País atravessa uma dramática crise fiscal, baixo crescimento, alta taxa de desemprego, aumento da insegurança, educação e saúde sucateadas, trazer à tona os principais problemas, num período pré-eleitoral bastante incerto, é, sem dúvida, uma grande contribuição para conhecer melhor as propostas de cada candidato, ampliando o debate”.

Claudio Conceição – Superintendente do  
IBRE/FGV

- **Geraldo Alckmin** / Pêrsio Arida - Prioridade para Reforma da Previdência. Manutenção do teto dos gastos. Criação do IVA. Redução do IRPJ. A favor das privatizações, exceto BB e Petrobras.
- **Jair Bolsonaro** / Paulo Guedes – Reforma gradual da Previdência. Manutenção do teto de gastos. Redução da carga tributária.
- **Ciro Gomes** / Mauro Bonavides – Modelo de Capitalização para previdência. Renegociação do teto de gastos. Contra as privatizações. Forte tributação sobre grandes fortunas, heranças, doações e movimentação financeira, lucros e dividendos. Promete zerar o déficit público, limitando o pagamento dos juros, com risco do calote da dívida.
- **Marina Silva** / André Lara Rezende – Estudar a Reforma da Previdência. Contra teto de gastos.
- **Henrique Meirelles** / José Marcio Camargo – Manutenção do teto de

gastos e prioridade para Previdência Social.

- **João Amoedo** / Gustavo Franco – Liberal
- **Álvaro Dias** / Paulo Rabelo de Castro - Liberal

### NOSSAS PROPOSTAS AOS NOVOS GOVERNANTES

- 1) Através de grupos de trabalho, consolidar e difundir as experiências mais positivas, na área da educação e no combate à violência.
- 2) Na área da saúde, priorizar o melhor atendimento dos hospitais públicos.
- 3) Incentivar iniciativas para aumentar a produtividade do trabalho, buscando a mais rápida evolução para a indústria 4.0. Segundo a FGV, num ranking de 68 países, o Brasil estaria em 50º lugar.
- 4) Idem para reduzir as desigualdades sociais e o desemprego.
- 5) Sistematizar as Reformas de base, nas áreas da:
  - Previdência Social (por Medida Provisória, art. 62 da Constituição Federal)
  - Tributária
  - Política eleitoral
- 6) Criar GT com técnicos categorizados de todos os Ministérios para reduzir a brutal burocracia oficial, especialmente no campo tributário.

## OS DESCALABROS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

É impressionante como muitas pessoas, especialmente os políticos atuantes no Congresso Nacional, ainda não entenderam os estragos que o desequilíbrio da Previdência Social produz sobre os gastos públicos. Representa o maior fator responsável pelo déficit governamental e, portanto,

pela espantosa dívida do setor público, que cresce persistentemente e já se aproxima de 80% do PIB nacional.

Como se pode ver pelos dados abaixo esse desequilíbrio ocorre tanto no setor público (RPPS) como no setor privado (RGPS), apesar de ser mais intenso nesse segundo segmento. Esse saldo é negativo há pelo menos quatro anos.

Previdência Social					
(R\$ milhões)	2014	2015	2016	2017	2018 *
<b>Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)</b>					
- Contribuição do servidor público	29.278,4	32.148,4	33.625,9	37.126,1	-
- Pagamento a servidores inativos da União, Ex-Territórios e FCDF	96.226,5	104.663,0	110.777,5	123.475,0	-
<b>Resultado Público</b>	<b>-66.948,2</b>	<b>-72.514,6</b>	<b>-77.151,6</b>	<b>-86.348,9</b>	<b>-</b>
<b>Regime Geral de Previdência Social (RGPS)</b>					
- Arrecadação Líquida	337.503,1	350.272,0	358.137,3	374.784,8	181.888,4
- Despesa com Benefícios Previdenciários	394.201,2	436.090,1	507.871,3	557.234,8	272.709,8
<b>Resultado Privado - TOTAL</b>	<b>-56.698,1</b>	<b>-85.818,1</b>	<b>-149.733,9</b>	<b>-182.450,0</b>	<b>-90.821,4</b>
<b>SISTEMA GERAL</b>					
- Arrecadação - GERAL	366.781,5	382.420,4	391.763,2	411.910,9	-
- Despesa - GERAL	490.427,8	540.753,1	618.648,7	680.709,9	-
<b>Resultado - GERAL</b>	<b>123.646,3</b>	<b>158.332,7</b>	<b>-226.885,5</b>	<b>-268.798,9</b>	<b>-</b>

\* Dados acumulados até junho

Fonte: Tesouro Nacional, Ministério do Planejamento

## INCERTEZAS E INSEGURANÇA

O Brasil mergulhou em uma crise político-econômica em 2014 e, desde então, não conseguiu reencontrar os caminhos do crescimento estável e do emprego.

Em 2014, a economia brasileira parou de crescer (PIB +0,5%); em 2015 afundou 3,5%, o mesmo que em 2016. Em 2017, em meio a um clima de incertezas na administração pública e insegurança jurídica, conseguiu um pífio crescimento de 1%, o mesmo que se prevê para 2018, e um trágico

desemprego de 13 milhões de trabalhadores, além de desesperançosos 19 milhões que deixaram de procurar emprego.

Em outubro próximo, vamos ter a grande oportunidade de reencontrarmos os caminhos da estabilidade e da prosperidade. Vai depender da decisão dos brasileiros, que irão às urnas em 7/10 (1º turno) e 28/10 (2º turno).

A ideia que se tem é que se Lula for solto e conseguir se candidatar, vai ganhar as eleições e retornar à

Presidência do País. As consequências são imprevisíveis.

## **A INFLAÇÃO DO STF BRASILEIRO**

*“De 1975 até 2010 (35 anos) nos Estados Unidos, 6 Presidentes da República nomearam 8 Ministros para a Suprema Corte. No Brasil, de 2002 a 2016 (14 anos), 6 Presidentes nomearam 20 Ministros: Lula 8, Dilma 5, Sarney 3, Collor 1, FHC 2 e Temer 1.”* É uma inflação que explica muitas coisas.

Bernardo Cabral (A Crítica - AM, 12/8/18)

## **ATIVIDADES ECONÔMICAS**

A agência de classificação de risco Fitch reafirmou a nota de crédito soberano do Brasil em “BB-“, mantendo o País longe do selo de bom pagador de sua dívida. O rating do Brasil segue 3 degraus abaixo do grau de investimento. Segundo a agência, a nota é limitada por fraquezas estruturais nas finanças públicas e pelo elevado endividamento do Governo, além das baixas projeções de crescimento e questões ligadas à corrupção, que pesam sobre a adoção de políticas econômicas eficazes e prejudicam o processo de reformas estruturais.

O volume de serviços prestados às famílias e empresas avançou 0,9%, na comparação com o mesmo período de 2017. Segundo a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, contribuíram para esse resultado positivo três dos cinco segmentos do indicador: transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio (revertendo a forte queda da leitura anterior). Na comparação com maio, o indicador agregado registrou variação positiva de 6,6%.

## **PIB e Investimentos**

De acordo com o relatório Focus do Banco Central, o mercado fez pequenos ajustes em suas projeções para o crescimento do PIB; a mediana das expectativas de 2018 recuou de 1,50% para 1,49% e permaneceu em 2,50% para 2019.

O Brasil recebeu US\$29,9 bilhões em investimentos do exterior, no primeiro semestre de 2018. De acordo com o BACEN, a cifra é a menor para um primeiro semestre desde 2010, quando US\$ 27 bilhões entraram no País, de janeiro a junho.

Em junho, os Investimentos Diretos no País (IDP) somaram US\$ 6,5 bilhões, maior que o de junho de 2017 (US\$4 bilhões). No entanto, os US\$29,9 bilhões de IDP acumulados de janeiro a junho ficaram 17,4% abaixo dos US\$36,2 bilhões do mesmo período de 2017.

O IBC-Br, proxy mensal do PIB, avançou 3,29% na passagem de maio para junho. Na comparação interanual, houve avanço de 1,82%. Esse resultado, somado a outros indicadores divulgados anteriormente, indica estabilidade do PIB na passagem do primeiro para o segundo trimestre deste ano.

## **Indústria**

A Produção Industrial de junho cresceu 13,1% frente ao mês anterior, na série com ajuste sazonal. O resultado que compensa a queda de 11,0% ocorrida em maio, por ocasião da greve dos caminhoneiros, representa a maior alta de toda a série histórica desde 2002. Na comparação com junho de 2017, a produção industrial teve alta de 3,5%, ante queda de 6,6% em maio. A taxa de crescimento acumulada no ano registrou 2,3% em junho, ante 2,0% em maio. No acumulado de doze meses acelerou de 2,9% para 3,2%.

As vendas de veículos novos no Brasil registraram alta de 17,7% em julho, na comparação com o mesmo mês de 2017. Foram comercializados 217.506 unidades de carros, comerciais leves, caminhões e ônibus. Foi o melhor resultado mensal no ano. Somando os primeiros sete meses o ano, entraram em circulação 1,38 milhões de veículos novos no País, um avanço de 14,9% em relação ao mesmo período de 2017.

### **Comércio**

As vendas do comércio varejista recuaram 0,3% na passagem de maio para junho, segundo IBGE. Na comparação interanual, as vendas cresceram 1,5% (décima quinta alta consecutiva) mas, abaixo do esperado. Setorialmente, seis dos oito segmentos registram alta. O indicador agregado foi influenciado pela queda das vendas dos supermercados e hipermercados, revertendo o consumo observado em maio, em meio à paralisação no setor de transporte.

O volume de vendas do varejo ampliado teve alta de 5,8% no primeiro semestre deste ano. É a maior taxa desde 2012 (+7,0%). No entanto, a deterioração das condições de consumo, após as paralisações de maio, vai frear o ritmo de expansão do setor na segunda metade ao ano. A CNC reduz a previsão anual de +4,7% para +4,5%.

O volume de vendas do varejo ampliado voltou a crescer no mês de junho. A queda de 5,1% ocorrida na comparação de maio com abril foi parcialmente compensada pelo avanço de 2,5% na passagem de maio para junho.

Segundo pesquisa da CNC, as famílias brasileiras reduziram sua intenção de gastos em julho (-1,8%) ante o mês anterior.

### **Agricultura**

Segundo a décima primeira estimativa mensal da Conab (safra brasileira de grãos 2017/18), a produção total será de 228,57 milhões de toneladas, valor praticamente igual ao observado em julho (228,52 milhões). A safra de milho deverá produzir 55,4 milhões de toneladas, ante as 56 milhões da estimativa anterior.

A safra 2018/19 iniciou com forte ritmo de contratações de crédito rural, a taxas de juros menores que as praticadas na temporada anterior. Em julho, primeiro mês do novo calendário agrícola, o montante de financiamentos cresceu 48,5% (R\$14,4 bilhões), ante julho da safra 2017/18.

### **Mercado de Trabalho**

No segundo trimestre, o número de desempregados atingiu um nível recorde de 12,966 milhões de brasileiros. É o nível mais alto registrado pelo IBGE.

No trimestre de abril a junho, a taxa de desocupação foi estimada em 12,4%, registrando variação de -0,7 ponto percentual em relação ao trimestre de janeiro a março de 2018 (13,1%).

Segundo dados da CNC, no mês de junho, o setor de turismo no Brasil fechou 7.743 postos de trabalho, elevando para 16,5 mil os cargos fechados desde maio, quando haviam sido extintos 8.754.

### **Sistema Financeiro**

Segundo a Serasa Experian, o número de micro e pequenas empresas (MPEs) com dívidas atrasadas chegou a 5,174 milhões, em junho, crescimento de 1% em relação a maio, quando 5,122 milhões de pessoas jurídicas do mesmo porte estavam com dívidas atrasadas, considerado um novo recorde histórico.

Na comparação com junho de 2017 (4,727 milhões), o aumento foi de 9,5%.

De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada em julho pela CNC, o percentual de famílias endividadas subiu pela primeira vez no ano, alcançando 59,6% ante 58,6% em junho. Os que se declaram muito endividados são 13,2%, pequena alta em relação aos 13% de junho. Quase um terço dos brasileiros tem dívidas para mais de um ano e 20,5% têm mais da metade da renda comprometida.

O Copom manteve a taxa básica de juros em 6,5% ao ano.

### ***Inflação***

A Petrobras elevou em 1,28% o preço da gasolina comercializada nas refinarias. Com isso, o litro passará de R\$1,9173 para R\$1,9420. A petroleira já havia elevado 0,89% o preço do combustível. O litro do diesel custa R\$2,0316 desde 1º de junho, com redução de R\$ 0,07 no preço.

O IPC-Fipe registrou alta de 0,23% em julho, desacelerando ante maio, quando houve alta de 1,01%, avanço de 0,26%. Em 12 meses, o indicador acumulou alta de 2,8%.

O IPCA registrou elevação de 0,33% em julho, arrefecendo a alta de 1,26% do mês anterior, acumulando altas de 4,5% nos últimos doze meses e de 2,9% neste ano.

### ***Setor Público***

Mesmo com crescimento da arrecadação e redução dos gastos, o Brasil teve um déficit de R\$ 13,5 bilhões em junho. De acordo com o Banco Central, apesar de ainda ser negativo, o resultado das contas públicas melhorou. Foi o melhor desde 2016 para meses de junho. Na comparação com junho/2017, o déficit caiu 31%. No primeiro semestre

deste ano, o desempenho está no vermelho em R\$14,4 bilhões.

A força tarefa da operação Lava Jato devolveu à Petrobras R\$ 1 bilhão, recuperado por meio de acordos de colaboração premiada e de leniência, firmados por pessoas físicas e jurídicas, respectivamente, envolvidas no esquema. Desde 2015, já foram devolvidos aos cofres da Petrobras R\$2,5 bilhões, o equivalente a 20% do que a Lava Jato pretende restituir (R\$12 bilhões).

### ***Setor Exterior***

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$34,160 bilhões (+19,6%), no acumulado de janeiro a julho deste ano. Saldo menor do que o registrado no mesmo período do ano passado (US\$ 42,496 bilhões).

Em julho, o ingresso de dólares no País superou a retirada de recursos em US\$5,902.

A China divulgou uma lista de US\$ 60 bilhões em importações dos Estados Unidos (USA) e planeja aplicar tarifas retaliatórias, caso o Governo dê andamento às ameaças de sobretaxas. As tarifas retaliatórias podem variar de 5% a 25%, afetando 5,207 tipos de produtos americanos, de gás a avião.